

Escrevo este artigo a partir de uma inquietação cívica que considero cada vez mais pertinente no contexto democrático português: a forma como pensamos, avaliamos e exigimos da Presidência da República. Num tempo marcado pela aceleração mediática, pela fragmentação política e pela volatilidade social, tornou-se frequente analisar o Presidente como se fosse apenas mais um ator do jogo político quotidiano. Esta leitura, embora compreensível num ecossistema comunicacional dominado pela urgência e pela reação imediata, é redutora e, em muitos casos, injusta para com a própria natureza da função presidencial.

A Presidência da República não existe para competir com o Governo, com o Parlamento ou com os ciclos noticiosos. A sua razão de ser não está na disputa pelo protagonismo político, mas na garantia de continuidade, equilíbrio e confiança num sistema democrático que vive, por definição, de tensões permanentes. O seu valor maior reside precisamente na distância relativamente à lógica partidária e à pressão do imediato. Num país onde os governos mudam, as maiorias oscilam e os discursos se radicalizam com facilidade, o Presidente deve funcionar como uma âncora institucional, capaz de estabilizar sem imobilizar e de intervir sem capturar o sistema democrático.

Esta função implica uma conceção exigente e madura de liderança, profundamente distinta da liderança executiva. O Presidente da República não governa, não legisla e não administra políticas públicas no quotidiano. A sua liderança exerce-se noutra plano: o plano do exemplo, da palavra ponderada e, muitas vezes, do silêncio. A autoridade presidencial é essencialmente moral e simbólica, construída ao longo do tempo através da coerência, da serenidade e da capacidade de representar o todo e não as partes. Cada intervenção pública tem peso precisamente porque não é banal, porque não se confunde com o comentário circunstancial nem com a lógica do debate partidário.

Num contexto democrático saudável, a Presidência não deve ser pensada como um órgão de reação permanente, mas como uma instância de ponderação. Uma das fragilidades mais evidentes da vida democrática contemporânea é a tentação do protagonismo constante. A lógica mediática empurra para a reação imediata, para o comentário diário, para a presença contínua no espaço público. No entanto, uma Presidência excessivamente exposta corre o risco de se desgastar, de perder capacidade de arbitragem e de banalizar a sua própria intervenção. Nem toda a crise exige uma palavra presidencial, nem todo o conflito político justifica uma tomada de posição pública. Saber quando falar é importante; saber quando não

falar é essencial para preservar a autoridade institucional.

A função presidencial deve, por isso, ser pensada como uma instância de antecipação e não apenas de reação. Cabe-lhe olhar para além da conjuntura imediata, identificar riscos estruturais e agir preventivamente através da influência, da pedagogia cívica e da defesa consistente das instituições democráticas. A erosão da confiança pública, o crescimento de discursos simplistas, a normalização da polarização e a fragilização do debate público são ameaças reais à qualidade da democracia. Estas dinâmicas não se combatem com protagonismo nem com omnipresença mediática, mas com autoridade ética, consistência institucional e sentido de responsabilidade histórica.

Esta leitura torna-se particularmente clara quando se adota uma perspetiva sistémica da governação. Tal como nas organizações complexas, também no Estado o funcionamento saudável depende menos da ação isolada de um ator e mais da qualidade dos equilíbrios, das regras, das rotinas institucionais e da supervisão estratégica. O Presidente aproxima-se, assim, de uma figura de supervisão democrática: não executa políticas, mas garante que o sistema funciona; não decide tudo, mas assegura que as decisões respeitam princípios, limites e responsabilidades; não substitui os restantes poderes, mas vela pelo seu funcionamento equilibrado.

Neste sentido, a Presidência desempenha um papel fundamental na proteção da arquitetura institucional do Estado. A sua missão não é resolver todos os problemas, mas garantir que os problemas são tratados dentro dos limites constitucionais, com respeito pelas regras do jogo democrático. Esta função ganha especial relevância em contextos de crise, quando a tentação de soluções rápidas e excecionais pode colocar em risco princípios estruturantes da democracia liberal.

Num país com memória histórica recente de fragilidade democrática, esta função adquire um significado ainda mais profundo. A Presidência existe para proteger aquilo que não pode ser submetido à lógica do imediato, do ruído ou da popularidade momentânea. Existe para pensar devagar num mundo apressado, para conter quando tudo acelera e para recordar que a democracia não é apenas um exercício de poder, mas um compromisso ético coletivo que se constrói e se preserva ao longo do tempo.

Defendo, por isso, uma visão exigente da Presidência da República: menos centrada na visibilidade e mais na solidez institucional; menos reativa e mais estratégica; menos

mediática e mais consciente do seu papel histórico. A verdadeira força do Presidente mede-se na capacidade de sustentar a democracia nos momentos difíceis, de preservar a dignidade das instituições e de garantir que as escolhas do presente não hipotecam o futuro. Num tempo ruidoso e acelerado, liderar com prudência, contenção e sentido histórico pode ser, afinal, a forma mais elevada de coragem política.

#### Referências bibliográficas

- Arendt, H. (2006). *On revolution*. Penguin Books.
- Beetham, D. (2013). *The legitimation of power* (2nd ed.). Palgrave Macmillan.
- Bobbio, N. (2015). *O futuro da democracia* (12.ª ed.). Paz e Terra.
- Dahl, R. A. (1998). *On democracy*. Yale University Press.
- Easton, D. (1965). *A systems analysis of political life*. Wiley.
- Fukuyama, F. (2014). *Political order and political decay*. Farrar, Straus and Giroux.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms*. MIT Press.
- Kelsen, H. (2013). *A democracia* (3.ª ed.). Martins Fontes.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *How democracies die*. Crown Publishing Group.
- Linz, J. J., & Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation*. Johns Hopkins University Press.
- March, J. G., & Olsen, J. P. (2011). *The logic of appropriateness*. Oxford University Press.
- Mintzberg, H. (2009). *Managing*. Berrett-Koehler Publishers.
- North, D. C., Wallis, J. J., & Weingast, B. R. (2009). *Violence and social orders*. Cambridge University Press.
- O'Donnell, G. (1994). Delegative democracy. *Journal of Democracy*, 5(1), 55-69.
- Rosanvallon, P. (2008). *Counter-democracy*. Cambridge University Press.
- Sartori, G. (2007). *Teoria da democracia revisitada* (Vols. 1-2). Almedina.
- Weber, M. (2019). *A política como vocação*. Edições 70.